



habilidades e valores. Nesse sentido, a subsunção formal e real do trabalho ao capital, a separação entre saber e fazer, entre cérebro e mãos, é apenas um aspecto do “destróçamento da subjetividade” (RESENDE, 2009) do trabalhador, ou da sua manipulação como analisa Heloani (2003). Nessa mesma processualidade histórica, não só os saberes e habilidades do trabalhador lhes foram espoliadas, mas a própria vida se torna estranhada diante da alienação de sua atividade vital (MARX, 2004).

Nos diferentes modos de produção pelos quais o sistema do capital produziu revolucionamentos nos processos produtivos procurou-se, de diferentes maneiras, adequar o trabalhador, coletivo e individual, à produção de valor, buscando educar o homem inteiro dedicado à valorização do capital por meio de uma pedagogia para a docilização, a submissão e a subserviência. Sobre isto Heloani (2003, p. 13) observa que as históricas formas de racionalização do trabalho se manifestam como um “reordenamento da subjetividade no interior do processo produtivo”, ou seja, “um projeto de poder, ou manipulação da subjetividade da classe trabalhadora, pelo que denominamos ‘reprocessamento da percepção do espaço produtivo.’” Para isto, é necessário um permanente processo de fragmentação e de aproximação relativa do nexos psicofísico que compõe o trabalho.

A forma como esse processo se concretiza envolve não apenas uma dinâmica de coerção, mas também de persuasão e, portanto, de consentimento; isto é, de formação de um tipo de individualidade constituída no interior da sociabilidade do metabolismo social do capital.

A individualidade/subjetividade é aqui compreendida como como síntese de numerosas relações sociais. Nesse sentido, parte-se da compreensão da indissociabilidade entre indivíduo e sociedade, subjetividade e história, corpo e mente no processo de formação do indivíduo social. Portanto, a subjetividade envolve tanto a objetividade sócio-histórica como também não se esgota apenas no psiquismo do indivíduo, pois se articula ineliminavelmente à corporalidade viva.

Até mesmo o avanço das forças produtivas, por meio do desenvolvimento científico e tecnológico investido na produção, significou a maquinização (coisificação) da corporalidade humana, como aconteceu na vigência do fordismo-taylorismo como momento predominante do modelo de acumulação capitalista. Ainda assim, os trabalhadores sentiam, pensavam e criticavam, teórica e socialmente, este estado de coisas.

Sob a hegemonia do modelo toyotista como momento predominante do complexo de reestruturação produtiva, verifica-se que as mudanças dos padrões produtivos e as alterações nas formas de gestão do trabalho investem, sobretudo, na expropriação da dimensão intelectual do trabalho vivo. No entanto, isso parece não ter significado a secundarização da corporalidade humana no processo de produção.

A corporalidade, já incorporada na máquina, passa a ser objeto de investimento formativos no chão da fábrica (o que era feito predominantemente na esfera do consumo, sob a vigência do fordismo-taylorismo) possibilitando a aparente reapropriação do corpo (de si mesmo!?) durante o tempo de trabalho. Isso é feito por um conjunto de investimento em ciência e ideologia articuladas em atividades formativas (ginástica laboral, ergonomia, ergologia, exigência de aparência corporal na seleção do emprego etc) que se articulam na constituição de uma subjetividade subsumida e manipulada (ALVES, 2000; HELOANI, 2003). Seria a vigência da formação do homem inteiro à serviço do capital, a omnilateralidade às avessas.

## **A CORPORALIDADE COMO MOMENTO DA CAPTURA DA SUBJETIVIDADE NO TRABALHO**

De acordo com Gramsci (2001), a hegemonia do capital tem sua gênese na produção, isto é, na fábrica, e daí se estende para as dimensões sócio-reprodutivas como determinações reflexas. Nesse sentido, o processo de trabalho capitalista engendra um determinado processo educativo que procura efetivar o trabalhador como força de trabalho subsumida ao capital. No interior da fábrica os quadros técnico-científicos e educacionais (intelectuais orgânicos do capital) mobilizam as forças produtivas, o conhecimento científico e os modelos organizacionais com o objetivo de efetivar a hegemonia, articulando coerção e consenso e materializando pedagogia do trabalho capitalista. Institui-se no interior do aparelho produtivo um processo pedagógico “[...] que se fundamenta na articulação entre política e produção e cujo objetivo é educar o



homem capaz de ajustar-se à produção racionalizada, constituindo-se em uma das formas pelas quais a classe burguesa busca concretizar o seu projeto hegemônico” (KUENZER, 2002a, p. 60).

O caráter educativo dos processos de organização e gestão do trabalho determina-se não apenas pelo desenvolvimento de habilidades técnicas e de conhecimentos que tornem o operário capaz de desempenhar sua tarefa na produção, mas significa a conformação do homem inteiro ao processo de produção do capital, isto é, o processo de valorização.

A pedagogia do trabalho capitalista, portanto, é também uma pedagogia do corpo no trabalho (SILVA, 2017), porque desenvolve ações educacionais com o objetivo de adaptar e disciplinar o corpo do operário à maquinaria produtiva.

Se a captura da subjetividade do trabalho pela lógica do capital se configura como elemento estratégico do novo tipo de ofensiva do capital na produção, a corporalidade como elemento imanente do indivíduo social se torna objeto de manipulação e controle dentro e fora da produção.

Alguns exemplos da evidência que a corporalidade assume para os mecanismos toyotistas de captura da subjetividade do trabalho no cotidiano dos processos produtivos são os investimentos científicos, ideológicos e educacionais da empresa, expressos em: análises ergonômicas e ergológicas do trabalho, para “adaptar” os desenhos produtivos ao corpo do trabalhador; as sessões de ginástica laboral que antecedem ou sucedem turnos de trabalho; realização, por parte da empresa, ou de setores diretamente ligados à ela (sistema “S”, por exemplo), de atividades esportivas e de lazer; os workshops de “saúde do trabalhador” promovidos pelos recursos humanos, centrados em pedagogias higienistas e de responsabilização individualizantes; a exigência de uma determinada aparência corporal como requisito a ser contabilizado na contratação de novos trabalhadores, entre outras.

Assim, ao assumir a questão da corporalidade como algo importante nos processos de reestruturação produtiva, o capital procura reproduzir a hegemonia no interior da fábrica no sentido de elevar a produtividade e os mecanismos de extração de mais-valia a níveis insustentáveis do ponto de vista do trabalhador. Isso significa que a corporalidade se apresenta na produção de uma dupla forma: positivamente, para o capital, como corporalidade integrada aos processos de elevação da produtividade; e, negativamente, para o trabalhador, como corpo desgastado, adoecido e destruído.

O aumento das formas de exploração do trabalho tem-se constituído como parte do processo de destruição da força viva do trabalho significando não apenas a precarização do mundo do trabalho, mas, fundamentalmente, a precarização da pessoa que trabalha. Essa precariedade existencial se caracteriza pela degradação da corporalidade do trabalhador.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No estágio atual de mundialização do capital e do modo de organização e gestão de trabalho toyotista, a intensificação da exploração do trabalho está associada à mecanismos estruturais e ideológicos de captura da subjetividade do trabalho pelo capital, a tal ponto que, mesmo sendo degradado às condições desumanas, o trabalhador tende a se sentir parceiro, colaborador ou associado de sua empresa. E um dos mecanismos de captura da subjetividade do trabalhador pela lógica do capital é a promessa (frustrada pela lógica do sociometabolismo do capital) da “compressão psico-corporal”, isto é, a unidade objetividade-subjetividade, trabalho intelectual-trabalho manual, corpo-mente, fragmentada pelo modelo de acumulação taylorista-fordista.

O toyotismo como ofensiva do capital na produção captura da subjetividade do trabalho vivo como seu nexos essencial. Isso significa, nos termos da análise de Alves (2005) a composição de um novo tráfico entre corpo e mente caracterizada por uma nova relação psico-corporal demarcada pela flexibilidade toyotista. Essa mudança é caracterizada como uma promessa frustrada de compressão psicocorporal, porque preserva um componente essencial das sociedades do capital no que diz respeito à dimensão corporal do homem que trabalha: a formação no processo produtivo de um corpo útil, produtivo e submisso.



## THE FORMATION OF CORPORALITY IN PRECARIOUS WORK

### ABSTRACT

The article discusses the relation between body, work and human subjectivity, resorting to the discussion about the metamorphoses of the world of work by the model of flexible accumulation. For this, it is based, above all, on the literature review. It addresses how the new forms of work management and organization are constituted in formative processes with implications on the living corporality of work as a significant element in the capture of the subjectivity of the working individual.

**KEYWORDS:** work; formation; corporality

## LA FORMACIÓN DE LA CORPORALIDAD EN EL TRABAJO PRECARIZADO: LA OMNILATERALIDAD A LAS AVESAS

### RESUMEN

El artículo discute la relación entre cuerpo, trabajo y subjetividad humana, recurriendo a la discusión sobre las metamorfosis del mundo del trabajo por el modelo de acumulación flexible. Para ello, se apoya, sobre todo, en la revisión de literatura. Aborda cómo las nuevas formas de gestión y organización del trabajo se constituyen en procesos formativos con implicaciones sobre la corporalidad viva del trabajo como un elemento significativo de la captura de la subjetividad del individuo trabajador.

**PALABRAS CLAVES:** trabajo; formación; corporalidad

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, G. Trabalho, corpo e subjetividade: toyotismo e as formas de precariedade no capitalismo global. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 3 n. 2, p. 409-428, 2005.
- ALVES, G. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HELOANI, R. Corpo e trabalho: instrumento ou destino? *Psicol. Hosp. (São Paulo)*, São Paulo, v. 3, n. 2, ago. 2005. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-74092005000200003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-74092005000200003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 28 abr. 2014.
- HELOANI, R. *Gestão e organização no capitalismo globalizado: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho*. São Paulo: Editora Atlas, 2003.
- KUENZER, A.Z. *Pedagogia da fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador*. 6ª ed. São Paulo, 2002a.
- KUENZER, A. Exclusão incluyente e inclusão excluyente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J.L. (orgs) *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas: Autores Associados, 2002b.
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, .
- RESENDE, A.C.A. Para a crítica da subjetividade reificada. Goiania: Editora UFG, 2009.
- SILVA, H.L.F.da. *Contribuição à crítica da pedagogia do corpo no trabalho*. 2017. 307 f. f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

